

META 8 – PNE – ESCOLARIDADE MÉDIA

Maria Margarida Machado¹

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O relatório apresentado pelo INEP (BRASIL, 2016) informa que, na séria histórica de 2004 a 2014, essa parcela de jovens alcançou 9,9 anos de estudos, o que significa pouco mais da conclusão do Ensino Fundamental. Esse mesmo relatório, em nota (p.191), afirma que, para a Pnad (BRASIL, 2014), possuir 12 anos de estudos é ter ingressado e concluído o primeiro ano do curso superior. Portanto, para analisar os dados de matrícula serão considerados 11 anos de estudos como indicador para conclusão da Educação Básica. Cabe aqui a discussão se o que vale para essa meta é a conclusão da Educação Básica, como indicam as suas estratégias, ou a matrícula e conclusão do primeiro ano do Ensino Superior, como indica a Pnad. A depender desta escolha os dados que deveriam ser analisados são completamente diferentes porque se a realidade já indica a difícil condição de conclusão da Educação Básica para os jovens de 18 a 29 anos, mais ainda seu ingresso na educação superior.

Os dados de anos de escolaridade média entre esses jovens, nos dez anos analisados (BRASIL, 2016), indicam pequena ampliação e a permanência de disparidade entre as regiões do país, para todos os indicadores analisados. Quando são observados os dados de escolaridade média entre jovens urbanos (10,2 anos) e jovens do campo (8,1 anos) essa desigualdade se revela ainda no ano de 2014, embora na série histórica de dez anos se devam considerar duas variáveis: a de aumento na escolaridade média e a do fluxo migratório dos jovens para os centros urbanos. Os dados de escolaridade média dos jovens 25% mais pobres da população, em relação aos 25% mais ricos, revelam um crescimento constante de anos de estudos entre os mais pobres, todavia a permanência desses em 2014 com 8 anos de estudos em comparação aos 11,8 anos dos jovens mais ricos. Por fim, a avaliação da série histórica de diferença de anos de estudos entre grupos, informa que os não negros chegam a 2014 com 10,7 anos, os negros com 9,3 anos e os indígenas 08 anos de estudos.

Do conjunto das estratégias da Meta 8 cabe expressar que várias delas são muito contraditórias, quando se tratam da perspectiva de defesa de uma educação básica para os jovens trabalhadores, que se faça em um sistema público de ensino. O receio já começa nas 8.1 e 8.2, que formalizam a ideia de um atendimento dos jovens de dezoito a 29 anos pela via de programas de correção de fluxo que são propostas já discutidas no campo da EJA

¹Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

como superadas, porque não contribuem para a consolidação da modalidade como política pública de Estado e acabam por reforçar a ideia de que EJA é um atendimento provisório. E isso não deve ser considerado se pensarmos que o desafio é da construção de uma escola para os trabalhadores e que vai se modificando ao longo do tempo em que as necessidades formativas destes também vão se alterando.

Outra estratégia que chama atenção nessa Meta 8 e que deve ser tomada com cuidado pelos gestores públicos da educação é a “8.3) garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio”. A existência e a necessidade de certificação por exames são históricas na educação brasileira e o acesso, quando necessário, deve ser gratuito. Entretanto, é importante reiterar que a escolarização precisa priorizar o acesso dos trabalhadores a uma educação de qualidade que não seja substituída pelo acesso restrito ao certificado. O que nos preocupa, ainda, é em que medida há, por parte de Estados, Distrito Federal e municípios, condição efetiva de regular e coibir a indústria de vendas dos certificados que já está difundida pelo país. Nesse sentido, optar por adesão a exames de certificação nacionais, como Exame Nacional de Certificação de Competências para Jovens e Adultos (Encceja), não isentam os gestores locais de fiscalizarem se de fato os documentos apresentados de conclusão da educação básica são ou não verídicos.

Continuando na reflexão sobre as estratégias polêmicas nesta Meta 8, também é problemática a defesa de educação técnica ofertada por segmentos que não são do setor público e que esta seja da forma concomitante. Novamente se perde uma oportunidade de fortalecimento de uma rede pública de educação para os trabalhadores e, contraditoriamente, se legitima uma impossibilidade de atendimento a estes sujeitos quando eles precisam de tempo para estar em duas instituições.

Por fim, as estratégias 8.5 e 8.6 chamam atenção para algo fundamental na EJA que são as ações articuladas de forma Inter setorial para mobilização e acompanhamento de alunos, pois, dadas as especificidades desse público, não é possível apenas a educação dar conta de suas necessidades. Portanto, os planos locais têm o desafio de apresentar as redes Inter setoriais que serão constituídas para o alcance dessa meta. Por outro lado, também admitir em uma estratégia a necessidade de busca dos alunos em uma ação Inter setorial é um grande desafio para as redes que precisam se abrir a esta outra forma de pensar a educação ofertada aos jovens.

REFERÊNCIAS

BRASIL. BRASIL. Instituto Nacional de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*. Brasília, DF: IBGE, 2014.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016*. Brasília, DF: Inep, 2016.